



GOVERNO MUNICIPAL DE
TURURU
Construindo um Novo Tururu

**Gabinete
do Prefeito**

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº 21 /2023

CÂMARA MUNICIPAL DE TURURU
APROVADO EM PLENÁRIO
EM: 20/09/2023

“AUTORIZA O PAGAMENTO DE PARCELA DO COMPLEMENTO DO PISO SALARIAL DE ENFERMAGEM, REPASSADO PELA UNIÃO, AOS SERVIDORES MUNICIPAIS OCUPANTES DO CARGO E/OU FUNÇÃO DE ENFERMEIRO, TÉCNICO EM ENFERMAGEM E AUXILIAR DE ENFERMAGEM, PARA O ATINGIMENTO DO PISO SALARIAL DEFINIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.434, DE 04 DE AGOSTO DE 2022, NA FORMA QUE INDICA. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURURU, ANTÔNIO BARBOSA BERNARDO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e:

Art. 1º - Fica autorizado o pagamento de parcela complementar aos servidores municipais ocupantes do cargo e/ou função de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, para o atingimento do piso salarial definido pela Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2022, nos limites da assistência financeira complementar repassada pela União Federal ao Município de Tururu, nos termos desta Lei.

Art. 2º - O pagamento do complemento previsto nesta Lei será efetuado com base no valor do piso salarial estipulado pela Lei Federal nº 14.434/22 referente à carga horária de 44 horas semanais e o valor será calculado proporcionalmente à carga horária semanal efetivamente trabalhada pelo servidor conforme especificado no Anexo Único desta Lei.

Art. 3º - O cumprimento do disposto nesta Lei ocorrerá dentro dos valores repassados pela União Federal ao Município de Tururu, conforme o art. 198, §§ 14 e 15 da Constituição Federal e conforme os limites estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 7222 retroagindo aos meses previstos nos atos normativos do Ministério da Saúde.

§1º - Os servidores cuja remuneração ficar abaixo do piso salarial, observada a carga horária de trabalho, receberão parcela complementar para o alcance do referido patamar mínimo.





GOVERNO MUNICIPAL DE
TURURU
Construindo um Novo Tururu

**Gabinete
do Prefeito**

§2º - A parcela de que trata o parágrafo anterior será paga em código específico, sob a denominação "parcela complementar".

§3º - Para fazer jus ao recebimento do complemento salarial de que trata este artigo, fica obrigatório o registro do servidor municipal no Conselho Regional de Enfermagem, na respectiva categoria profissional.

§4º - O recurso complementar que trata o §1º deste artigo não servirá de base de cálculo para incidência de outras vantagens ou gratificações remuneratórias anteriores ou posteriores a esta Lei, não podendo ser objeto de reflexo para revisões ou reajustes futuros.

§5º - O recurso complementar de que trata este artigo também será devida por ocasião do pagamento do décimo terceiro salário, em parcela única no mês de dezembro, conforme repasse realizado pelo Ministério da Saúde.

Art. 4º - As parcelas dos recursos complementares, a carga horária e as demais condições consideradas para o cálculo do cumprimento do piso são as definidas pelas normativas, orientações e critérios do Ministério da Saúde, especialmente os estabelecidos na plataforma InvestSUS.

Art. 5º - A despesa com pessoal criada por esta Lei será contabilizada para fins do que dispõe o art. 169 da Constituição Federal, que trata de metas da Lei de Responsabilidade Fiscal para pagamento de pessoal, na forma estabelecida no art. 2º, §2º da Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURURU, ESTADO DO CEARÁ, aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

ANTÔNIO BARBOSA BERNARDO
PREFEITO MUNICIPAL

